

ATTITUDES E EXPECTATIVAS DE JOVENS SOLTEIROS FRENTE À FAMÍLIA E AO CASAMENTO: DUAS DÉCADAS DE ESTUDOS

Alunas: Julia Dietze Monteiro e Rhamana Augusto Costa

Orientador: Bernardo Jablonski

Introdução

O presente trabalho diz respeito a uma investigação contínua das expectativas e percepções dos jovens acerca da instituição do casamento. Através da mesma metodologia – pesquisa de levantamento com instrumento e procedimento similar aos estudos anteriores – voltamos, após os estudos de 1988, 1993 e 2003, a sondar um contingente de jovens solteiros universitários de classe média, tentando detectar a evolução de expectativas e de visões do mundo ligadas a uma série de tópicos referentes à vida familiar e ao casamento.

Como já explicamos anteriormente (Jablonski, 2009), interessa-nos saber como os jovens se posicionam diante de possíveis conflitos provocados por novas e velhas visões acerca do casamento, muitas vezes antagônicas entre si. Afinal, os jovens vêm presenciando inúmeros fatos sociais, tais como um alto nível da taxa de divórcios e separações, nova divisão de papéis intergêneros (demandada crescentemente pelas mulheres), diminuição da influência da religião, adiamento das uniões, com uma maior permanência de convívio com os pais, diminuição no número de filhos, opção pela coabitação, importância dada ao amor como fator de manutenção dos vínculos afetivos – em que pese as muitas de suas manifestações mais efêmeras - e, é claro, da própria concepção ideal de casamento (Henriques, Féres-Carneiro e Jablonski, 2004; Machado, 2001; Pesquisa Datafolha FSP 2007; Wagner, 2003).

Para Giddens (2001), as sociedades ocidentais vêm passando por mudanças inimagináveis para as gerações anteriores, que se refletem na grande diversidade de formas de família ora existentes. Para este autor, embora o casamento e a família ainda sejam importantes em nossas vidas, ambos vêm passando por transformações significativas. Outros autores, como Bauman (2003), também salientam a transitoriedade dos tempos atuais e a efemeridade do amor contemporâneo, chegando mesmo a denominá-lo de “amor líquido”: o processo de fixação de

uma relação se liquefaria rapidamente, deixando sempre abertas alternativas mais satisfatórias fazendo com que as relações afetivas pequem pela descartabilidade e, paradoxalmente, pelo desejo de intensidade e de permanência, em paralelo a um agudo sentimento de insegurança. Manning e cols. (2007) ressaltam a importância da pesquisa com jovens, na medida em que suas expectativas podem prenunciar tendências e apontar para pistas sobre normas emergentes na formação de uniões. Neste sentido, por exemplo, Zordan, Falcke e Wagner (2009), ao entrevistarem quase 200 jovens adultos residentes no Rio Grande do Sul, confirmariam tendência já detectada em pesquisas anteriores, segundo as quais o casamento já não ocuparia um lugar de destaque entre os projetos de vida dos jovens. No entanto, mesmo assim, em conformidade com nossos estudos, 92,9% dos entrevistados confirmaram a intenção de se casar algum dia.

O fato é que a atual família nuclear urbana e a instituição do casamento estão passando por momentos singulares: os dados estatísticos assinalam que, apesar de não mais estarem em curva ascendente, as taxas de divórcio permanecem em patamares elevados, girando, nos EUA, em torno de 40 a 50% (Hammond e cols, 2010; Raley & Bumpass, 2003; Stevenson & Wolfers, 2007; U.S. Bureau of the Census, 2005). Embora estes números refiram-se especialmente aos Estados Unidos, pesquisas realizadas em outros países indicam a mesma tendência, variando apenas a magnitude da taxa em questão (Adams & Trost, 2005). No Brasil, tomados os dados relativos aos anos 90, o número de divórcios triplicou (IBGE, 2000). Já na sondagem realizada pelo IBGE, em 2007, teria se dado uma dissolução nupcial para cada quatro casamentos (no Rio de Janeiro, especificamente, o número de divórcios aumentou 35% entre 2003 e 2007). Além disso, evidências anedóticas relativas às populações de classes carentes, residentes nas periferias das grandes cidades, mostram a abrangência do fenômeno em questão (Jablonski, 1998). E, ainda segundo o IBGE (2009), o número de casais morando juntos – informalmente - passou de 6,5% para 28,5%, quando comparados dados dos anos 60 com os registrados em 2000. Por sinal, 1 em cada 3 jovens é filho de pais separados.

Assim, como já apontamos anteriormente (Jablonski, 2009), nos grandes centros urbanos ocidentais encontram-se em maior ou menor número famílias (a) nas quais ainda o pai trabalha fora e a mãe, não; (b) nas quais pai e mãe trabalham fora; (c) compostas por pais e/ou mães em seus segundos casamentos; (d) de mães solteiras que assumiram – por opção ou não – a maternidade e passaram à condição de “famílias uniparentais”; (e) casais sem filhos – por opção ou não -; (f) casais que moram juntos sem “oficializar” suas uniões; (g) casais homossexuais,

com ou sem filhos e, (f), mais recentemente, os que vivem juntos de forma separada” (*living apart togheter*): pessoas que embora se definam como casais, habitam em residências distintas. Todas as formas alternativas se contrapõem ao modelo tradicional (item a), e vão redefinindo na prática o conceito de família ou as expectativas quanto ao casamento tradicional. Novamente, segundo o IBGE (2000), 47% dos domicílios estão organizados em torno de formas nas quais um dos pais está ausente.

É interessante observar o enfoque de Coontz (2005), para quem o período compreendido entre aproximadamente 1947 e o início dos anos 1960, nos Estados Unidos e na Europa, constituiu um momento único na história da família e do casamento, mas que, graças possivelmente ao impacto da (nascente) televisão, veio a se tornar uma espécie de paradigma do que seja uma “família normal” no Ocidente. De fato, nunca antes na história do casamento tantas pessoas puderam escolher seus próprios pares, estabelecerem seus próprios lares e diminuir tanto acentuadamente as ligações com a comunidade e as famílias, até então mais extensas. E nunca antes se estabeleceu de forma tão hegemônica um tipo ideal de ser família. Além disso, o casamento no qual o homem era o provedor único tornou-se tão pervasivo e popular que os cientistas sociais acabaram por acreditar que este modelo era o resultado final e inevitável do processo de modernização.

Para Doherty (1992), é possível perceber a convivência de pelo menos três tipos de família: em primeiro lugar, ainda a **família tradicional**, sinônimo de produção econômica, autoridade paterna, casamento com ênfase em seus aspectos funcionais e conexões com a comunidade e com os (muitos) parentes. Em seguida, a **família moderna** (também chamada de *psicológica*), altamente influenciada pelo crescente espírito individualista, caracterizando-se pela sua mobilidade, por ser mais nuclear, não tão permanente, menos ligada à comunidade, mais igualitária, centrada nos sentimentos e na afeição. Finalmente, no final do século XX, presenciamos o nascimento de uma nova "espécie": a **família pluralística** (ou *pós-moderna*), que teria como principal característica a aceitação e a convivência de várias formas de arranjos não tradicionais. Estas são compostas por vezes apenas pelas mães e seus filhos ou por pais/mães em segundas uniões, com filhos e filhas resultantes do primeiro casamento, e são ainda menos permanentes, mais flexíveis e mais igualitárias que as anteriores. (Goldenberg, 2000; Vaitsman, 1994).

Outros autores procedem a classificações similares, como Singly (2003). Para este sociólogo francês, caberia ainda no século XX a distinção entre dois tipos de famílias modernas. Na do primeiro tipo, que iria do início do século até os anos 60, a ênfase estaria na importância do afeto como eixo centralizador. Já a segunda família moderna se distinguiria da precedente pelo peso maior conferido aos processos de individualização, reflexo da maior independência feminina e aumento do número de divórcios, entre outros fatores.

Todas estas transformações decorrem das profundas mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas. A emancipação feminina, por exemplo, vem alterando, desde a segunda metade do século XX, as relações de gênero, em função da entrada maciça da mulher no mercado de trabalho e de suas consequências – casamentos mais tardios, diminuição no número de filhos, aumento no conflito gerado pela busca da igualdade de direitos e a necessidade do homem também mudar sua forma de participação dentro de casa (Coontz, 2005; Féres-Carneiro, 1995, 2001; Goldenberg, 2000; Jablonski, 1998, 1999; Preuss, 1999; Thornton, 1989 e Thistle, 2006).

Rocha-Coutinho (2003, 2005, 2007 e 2009) observa, igualmente que, a par de um discurso social igualitário, tanto homens como mulheres cariocas parecem endossar o ponto de vista de que casa e filhos são ainda responsabilidade maior da mulher, cabendo ao homem o provimento financeiro. Coltrane (2000) concluiu, a partir de suas pesquisas, que apesar de estarem aumentando as contribuições masculinas nos afazeres dentro do lar, as mulheres ainda trabalham pelo menos duas vezes mais cumprindo as tarefas rotineiras do lar: cuidar das crianças, lavar e passar roupas, fazer compras no supermercado, limpar a casa, etc. Para este e outros autores as consequências dessa injusta divisão são, freqüentemente, sentimentos de injustiça, sintomas de depressão e de insatisfação com o casamento, além do aumento de conflitos e a diminuição da satisfação marital (Coltrane, 2000; Greenstein, 1996; Kluver, Heesink e Van de Vliert, 1996; Lavee e Katz, 2002).

Em nossos estudos, notamos igualmente (Brasileiro, Jablonski e Féres-Carneiro, 2002; Jablonski, 1988, 1996, 2003, 2007 e 2009), no que diz respeito às atitudes, um crescente interesse dos homens em participar, cada vez mais, da educação e dos cuidados com os filhos. Porém, ao passarmos para a ação propriamente dita, a promessa de uma divisão de tarefas igualitária não se cumpre, circunstância capaz de gerar frustração nas mulheres. Ainda, no Brasil, segundo pesquisa do IBGE em 2005, 92% das mulheres ativas no mercado de trabalho

disseram cuidar também das tarefas domésticas, e entre 1995 e 2005, a participação masculina teria subido apenas dois pontos percentuais.

Além da emancipação feminina e de seus reflexos, da mesma forma, a religião, outrora fator inquestionável de manutenção do vínculo matrimonial, à medida que passa a ser interpretada pelas pessoas de forma mais individualizada/privatizada, vem perdendo seu peso como instituição norteadora de costumes. O fator “cola” que a religião exercia sobre a vida familiar parece ter se esvanecido, tornando inoperante um dos freios mais importantes no caminho para o divórcio. Adolescentes menos religiosos, por exemplo, têm se mostrado menos propensos a se casar e menos tradicionais em suas escolhas afetivo-normativas (Cunningham e Thornton, 2004; Crissey, 2005).

Ainda na análise do background social, outros fatores, tais como o prolongamento da adolescência (face à necessidade de mais estudos para a integração na cadeia produtiva e de, conseqüentemente, os jovens permanecerem dependentes economicamente por mais tempo), a ênfase no individualismo, o casamento se dando em idades mais elevadas (o que implica na diminuição do número de filhos), o aumento da longevidade, que leva a um maior convívio com representantes de outras gerações - o que, como enfatiza Cherlin (2010)-, pode tanto promover maior integração familiar quanto um aumento de conflitos, e a percepção do casamento como uma *instituição em transformação*, devem provocar significativas alterações nas percepções e nos valores que dizem respeito ao casamento e à vida familiar (Manning e cols., 2007; Thornton e Young-DeMarco, 2001).

Acrescente-se a isso a exacerbação (amplamente difundida pela *mass media* e pelas artes) do “amor-paixão” como a base e o motivo maior para a criação e manutenção de todos os casamentos/uniões. Este tipo de sentimento é “vendido” como uma espécie de panacéia, inexplicavelmente mágica e maravilhosa. O que os adolescentes (e os jovens adultos) parecem aprender através de maciça doutrinação é que um dia encontrarão um príncipe encantado/uma princesa encantadora, com todas as qualidades possíveis e imagináveis, e que lhes trará felicidade ímpar para o resto de suas vidas. No entanto, a máxima de que “só o amor constrói” pode mascarar o fato de que, sem a devida manutenção, tudo, inclusive pontes e prédios, viram ruínas em um espaço de tempo surpreendentemente curto.

Como estes dados influem no sentimento de permanência ou de comprometimento para aqueles que ainda não se casaram nos parece igualmente de suma importância para o

entendimento do futuro do casamento. Aqui é preciso levar em conta as contribuições de R. Levine e de seu conceito de *ilusão de invulnerabilidade* (2003), referido à tendência que as pessoas têm de encarar ameaças da vida como se fossem imunes a elas. Assim, estudos citados pelo autor têm evidenciado que as pessoas, de modo geral, se sentem menos propensas que os outros a ficarem doentes, terem uma gravidez indesejada, e – o que nos interessa aqui – se divorciarem. Quando perguntados acerca da probabilidade de seus casamentos terminarem em separação, ZERO por cento dos sujeitos das pesquisas citadas acharam que isto poderia se dar com eles. No entanto, estes mesmos entrevistados mostraram-se conscientes das altas taxas de divórcio existentes em seu país. Da mesma forma, 40% dos pais em um processo de separação consideravam que iriam ter a custódia de seus filhos, mesmo sendo igualmente conscientes que na quase totalidade dos casos, são as mães que detêm a guarda das crianças.

Embora a ilusão de invulnerabilidade possa ser útil, por proporcionar conforto psicológico, um otimismo exagerado também pode servir a objetivos contrários e criar um estado de “desarme psicológico” diante de perigos que poderiam, de outra forma, serem evitados. A invulnerabilidade, como toda ilusão, pode ter aspectos negativos ou positivos, dependendo do grau e do contexto em que é utilizada (Levine, 2003). Na mesma direção, as teorias da atribuição de causalidade – do qual o item anterior seria parte integrante – também servem como hipóteses adicionais para comprovação (ou não) de vieses distintos entre atores e observadores e para os casos de sucesso ou de fracasso, quando aplicadas ao matrimônio (Jones e Nisbett, 1972; Rodrigues, Assmar e Jablonski, 2009; Weiner, 1995).

Amostra

A exemplo dos estudos anteriores, uma pesquisa de levantamento foi realizada com jovens solteiros pertencentes às camadas médias da população universitária carioca. A amostra, intencional não-probabilística (de conveniência), foi constituída por 436 participantes, de ambos os sexos, com faixa etária entre 18 e 25 anos, estudantes de instituições de ensino do Rio, Niterói, Cabo Frio e Friburgo (PUC-Rio, Unesa, UVA, FGV e UFF), sendo 200 do sexo masculino e 236 do feminino.

Instrumentos e Procedimento

Utilizamos questionário especialmente construído para este fim, montado a partir de instrumentos semelhantes utilizados anteriormente (Jablonski, 1988, 1993 e 2003), com aproximadamente 30 perguntas fechadas e abertas. Estas últimas foram posteriormente

codificadas e categorizadas. Quanto ao procedimento, solicitamos que alunos, em sala de aula, respondessem aos questionários – após prévia consulta ao professor – preenchendo-os ali mesmo. A coleta se deu em faculdades públicas e particulares, de zona sul, de zona norte, e de outras cidades do estado, nos horários diurno e noturno, em cursos variados (Artes, Ciências da Computação, Ciências Sociais, Economia, Educação Física, Engenharia, Farmácia, Geofísica, Psicologia e Química).

Resultados comparativos entre os quatro estudos

A maioria dos respondentes, em todas as sondagens, demonstrou a intenção de se casar (respectivamente, 91%, 86%, 86,1% e 82,6%) dentro de no máximo dez anos. Apesar da diminuição constante, estes índices – ainda elevados - opõem-se à crença de que os jovens hoje em dia estariam ansiosos por novas opções de relacionamento que não o casamento tradicional: a magnitude dos números por nós encontrados parece descartar a possibilidade de uma imediata rejeição do casamento. É possível, no entanto, face à disseminação e a uma maior aceitação social da coabitação, que esta nova forma de união passe a ser mais considerada como uma opção viável entre os jovens, uma vez que se trata de uma tendência detectável em muitos países do Ocidente.

Assim, por exemplo, nos EUA, 8,1% dos lares são constituídos por parceiros heterossexuais morando juntos sem papel assinado, refletindo tendências semelhantes ao que ocorre no Norte da Europa. Na França, por exemplo, que tem índices bem menores que os dos países escandinavos, aproximadamente 10% do total de casais vivem juntos sem ter casado. Pesquisas recentes, inclusive, indicam que vêm esmaecendo a tendência anterior, segundo a qual, casais que morassem juntos sem formalizarem suas uniões ostentariam uma inclinação maior à separação que casais unidos legalmente. Embora as diferenças ainda existam, elas não chegam a constituir, hoje, um diferencial significativo nesse sentido (P. Amato, em entrevista ao jornal *USA Today*, edição de 3/3/2010). Segundo Cherlin (2010), embora a maioria das pessoas ainda perceba os membros dos casais que moram juntos como jovens sem filhos que ainda irão se casar, 39% destes casais, nos EUA, tem ao menos um filho. Quanto ao desenvolvimento deste tipo de relacionamento dados daquele país, referentes a 2002, mostram que 32% das mulheres que coabitam acabam se casando no prazo de dois anos, enquanto 24% simplesmente terminam o relacionamento com seus parceiros (Kennedy e Bumpass, 2008).

Um tópico a ser desenvolvido nos próximos estudos diz respeito a um tipo de arranjo denominado “vivendo juntos de forma separada” (*living apart togheter*), já citado anteriormente, e que se refere a pessoas que embora se definam como casais, habitam em residências distintas. Em torno dos 6 a 7% dos casais nos EUA dizem enquadrar-se nesta situação (Strohm e cols, 2009). No Brasil, ainda não temos dados disponíveis, embora o censo realizado em 2010 tenha também objetivado de mensurar a frequência deste tipo de arranjo.

Quanto às expectativas futuras com relação ao próprio casamento, podemos constatar um freio no crescimento no número dos que acreditam que passarão "o resto da vida com uma só pessoa". Se nas pesquisas anteriores obtivemos porcentagens de 49%, 66% e 75,6% de respostas afirmativas, na presente sondagem há um pequeno recuo para 71,4%. Este novo índice, apesar do retrocesso, ainda parece refletir o desejo das pessoas de que suas relações dessem certo, independentemente da realidade e conforme prediz o conceito denominado "ilusão de invulnerabilidade", já citado anteriormente. Aqui, possivelmente, os jovens solteiros respondentes estariam se valendo de uma destas "defesas" para poder ignorar a realidade adversa que os cerca, uma vez que as taxas de divórcio e separação, como vimos anteriormente, permanecem elevadas. Será interessante verificar no próximo estudo se esta tendência de declínio prevalecerá, com a realidade suplantando as defesas, ou não.

Outro ponto em que nos colocamos à margem de uma imagem divulgada pela mídia diz respeito à questão da virgindade. Obtivemos 23%, 31% e 18,8% de respondentes se dizendo virgens nas amostras anteriores e 24,9% na atual. Levando em conta tão-somente o contingente feminino, os dados sobem, respectivamente, para 36%, 41%, 26,3% e 32% (lembre-se que a idade média da amostra era de 20,60 em 1986, de 21,02 em 1993, de 20,18 em 2003 e de 19,75 em 2009/2010). Estes números contradizem a imagem difundida pelos meios de comunicação de massa de que nossa juventude adotaria um padrão bem liberal quanto à sua sexualidade. Exceção feita à pesquisa Datafolha que, em pesquisa nacional com quase 2.000 entrevistados realizada em fins de 2009, exibiu 13% de virgens entre 18 e 24 anos e de 17% quando referido apenas às mulheres. Se a faixa etária não fosse tão ampla, certamente os dados apresentados seriam similares aos nossos.

Pesquisas anteriores chegaram a resultados semelhantes (BEMFAM/Pesquisa sobre Saúde Reprodutiva e Sexualidade do Jovem/Rio de Janeiro, Curitiba e Recife, 1989/90; Revista *Veja*, edição de 24 de junho de 1992). Na amostra de 1993, que apresentou o maior número de virgens,

conseguimos detectar algumas diferenças entre os subgrupos pesquisados, o número na Zona Norte sendo 3,5 vezes superior ao da Zona Sul (em Niterói, 2 vezes superior). No presente estudo, curiosamente, os dados obtidos não confirmaram esses achados anteriores, já que as virgens se distribuem quase igualmente entre moradoras das zonas Norte (25,3%) e Sul (21,5%) – e 22,7% na Zona Oeste e 28,5% em Niterói. Foi entre as residentes na Baixada Fluminense, no entanto, que os índices maiores foram alcançados: 50%. Com a realização de futuras pesquisas poderemos saber o que de fato mudou: se as moradoras da zona norte mudaram de comportamento ou de local de moradia. Assim poderemos confirmar ou não os estudos que atestam que padrões de conduta frente à sexualidade são influenciados pelos locais da moradia e estudo.

A variável idade mostrou-se a mais atuante: comparando-se a idade média das virgens com a das não-virgens encontramos diferenças significativas, sendo a idade das primeiras, em média, de um a dois anos inferior à das não-virgens. No estudo atual, a diferença entre virgens e não-virgens quanto à idade também se mostrou significativa ($x^2 = 18,26$ $p < 0,04$). Ou seja, como seria de se esperar, a idade afeta a decisão de iniciar a vida sexual, pré-maritalmente. Quanto à quantidade de virgens, os números por nós encontrados ainda retratam uma situação bem diferente daquela cantada em prosa e verso pela mídia e pelas artes nacionais – exceção à reportagem/pesquisa do Datafolha, já citada anteriormente. Um grande contingente, principalmente de moças, ainda confere à perda da virgindade uma importância capital, que por alguma razão nossos meios de comunicação de massa não têm captado. É possível, no entanto, que estes números venham de fato a se modificar ao longo dos anos, a reboque do clima crescente de permissividade sexual, algo que procuraremos averiguar em nossas futuras pesquisas.

Nas respostas à indagação sobre o que faz durar um casamento, os cinco itens mais valorizados foram 'amor', 'respeito mútuo', 'companheirismo', 'confiança' e 'sexo', tanto em 1986 como em 1993. Já em 2003 tivemos uma pequena inversão, na medida em que 'respeito mútuo' passou para o primeiro lugar, ao suplantando por muito pouco o 'amor'. No presente trabalho, 'confiança', 'respeito mútuo', 'companheirismo', 'amor' e 'diálogo' foram os itens mais indicados. Parece-nos digno de atenção o fato de que o item 'confiança' venha subindo e o 'amor' venha descendo, quando nossos entrevistados pensam nos fatores que, realmente, possam fazer durar um casamento. Curiosamente, a pesquisa do Datafolha realizada em 2007 mostrou

que 40% das entrevistadas apontaram a “fidelidade” como o item mais importante para um casamento feliz. Neste mesmo estudo, o quesito “amor” teve 35% das preferências femininas; “honestidade” ficou com 14% e “filhos” e “vida sexual satisfatória” foram a opção de apenas 5% e 1%, respectivamente. Os homens também elegeram a “fidelidade” como o quesito mais importante, com 37% das preferências. Mas, no caso masculino, a “fidelidade” empatou tecnicamente com o “amor”, que teve 35% dos votos. A antropóloga Mirian Goldenberg (2010) em seus estudos também tem reiterado a importância capital da fidelidade como um valor fundamental para os casais contemporâneos. Fazendo um paralelo com nossos estudos, cremos que “fidelidade” e “confiança” estejam refletindo um temor da perda do(a) parceiro(a). Em tempos de muita liberdade sexual, de uma maior igualdade entre os sexos e da consciência da relativa fragilidade das relações afetivas, a questão relativa à permanência cresce de importância e passa a envolver de modo primordial esses itens, antes considerados relativamente menos importantes.

Igualmente digna de nota é a baixa avaliação do ‘sexo’ como importante fator de constituição dos casamentos (em sétimo lugar no nosso *ranking*). É possível que aqui os respondentes estejam raciocinando do mesmo modo como fazem quando pensam no dinheiro ou na saúde: só se torna importante quando falta ou não aparece na quantidade minimamente necessária. Pelo menos, no momento, essa é a explicação que se melhor nos afigura para explicar a relativamente baixa avaliação do item ‘sexo’.

Quando instados a se pronunciar sobre as possíveis vantagens do casamento, os sujeitos destacam respostas relativas a vivências de ‘intimidade e compartilhamento’ (vida em comum, estar juntos o tempo todo, incluindo os momentos difíceis, companheirismo etc.), ‘potencialidade de se ter filhos em condições ideais’, ‘possibilidade de se construir uma família, um lar’, ‘satisfação psicológica a nível individual’, ‘melhoria da sexualidade’ (sexo mais livre, “natural”, legitimado socialmente) e ‘possibilidade de se ter uma relação estável’ (mais segura, com mais amor). A única diferença entre as amostras anteriores foi neste último item, bem mais valorizado nas duas últimas pesquisas. Pode ser, como vimos acima, um reflexo da percepção do crescimento nos últimos anos da incidência de relações afetivas cada vez mais tênues (o “ficar com”, “ficar de rolo”, e outras modalidades de relações transitórias substituindo o menos instável “namoro”) e pouco comprometidas. É possível também, de forma complementar, que a maior preocupação com esta questão possa estar refletindo um anseio por relações mais duradouras e estáveis. Na

atual sondagem os dados reiteraram a primazia das respostas de ‘intimidade e compartilhamento’. Em segundo lugar, ‘possibilidade de se ter uma relação estável’, confirmando tendência indicada acima. A pergunta que é o reverso da anterior diz respeito às possíveis **desvantagens do casamento**. Nos estudos anteriores os itens ‘perda da liberdade e da privacidade’, ‘rotina e suas consequências’ (acomodação, monotonia, perda de motivação, perda do romantismo, perda da atração sexual, indiferença, etc.), ‘aumento de compromissos e de responsabilidades’ e ‘perda da individualidade’ (ter de abrir mão de hábitos e manias, ter de ser menos egoísta etc.) foram os mais citados. Na atual sondagem, 21 anos após a primeira delas, as queixas permanecem as mesmas, exceção aos itens ‘aumento de brigas’ e ‘defeitos individuais do parceiro’ que se fizeram presentes agora de forma mais intensa (terceiro e quarto lugares). Se se trata de uma flutuação amostral ou um aumento significativo do grau de impaciência reinante, só poderemos avaliar em função de novos estudos. Mas não deixa de ser curioso observar que as principais críticas permanecem quase as mesmas. Se sabemos exatamente quais são as pedras do caminho, por que não conseguimos afastá-las?

As questões ligadas à sexualidade, além das relativas à virgindade vistas anteriormente, revelaram outras respostas interessantes. A primeira delas – Você admite a possibilidade de relações extraconjugais para o homem? Para a mulher? – revelou uma tendência da permanência de uma “dupla moral”, com os homens gozando de maior liberdade em todas as sondagens. No presente estudo, por exemplo, separando as respostas por sexo, enquanto as mulheres mostraram-se, de modo geral – como nas pesquisas anteriores - atitudinalmente contrárias à possibilidade de relações extramaritais, seja para si mesmas, seja para os homens, estes últimos fazem uma significativa distinção ao admitirem a possibilidade de relações extramaritais para si, mas não para as mulheres (24,5% contra 11,6%, $t = 3,745$, $p < 0,001$).

Ainda no âmbito da sexualidade, no que diz respeito à infidelidade, observamos uma distância entre o discurso e a prática. Apesar de uma forte condenação atitudinal, os números relativos à infidelidade mostraram-se significativos em todas as sondagens, com índices de traição, embora decrescentes, ainda bem expressivos – respectivamente de 26, 23, 20,6 e agora de 20,%. Em todas elas, os homens suplantaram as mulheres, sendo que na última sondagem, por exemplo, a diferença foi de 24 a 15,8% ($F = 4,889$, $p < 0,03$). Esta distinção deve-se provavelmente tanto ao tipo de educação que meninos e meninas ainda recebem como às pressões sociais, que ditam diferentes padrões de comportamento em função do sexo. Já a

incongruência entre o dito e o feito nos leva a confirmar a necessidade de, ao pesquisar temas polêmicos como este, levar em conta que muitas vezes nem as próprias pessoas têm consciência de que suas atitudes não andam *pari passu* com seus comportamentos, haja vista o significativo índice de infidelidade reportado. Curiosamente, pesquisa divulgada em abril de 2004 pelo *Jornal do Brasil* acerca do comportamento sexual do brasileiro (*O Estudo da Vida Sexual do Brasileiro*, USP) com mais de 7.000 entrevistados aponta que quase 35% das mulheres cariocas reportaram terem sido infiéis ao menos uma vez contra 57% dos homens. A diferença para menos entre nossos dados pode estar referida ao fato de nossa amostra constituir-se unicamente de solteiras, que em caso de dúvidas acerca de seus relacionamentos se sentiriam menos impedidas de efetuar um rompimento do que mulheres casadas, com filhos e lares constituídos, que tendem evidentemente a pesar mais os prós e os contras de uma eventual separação.

Um olhar sobre o casamento dos pais é proporcionado por algumas questões. Em uma delas solicitamos que os respondentes relatassem os “principais erros que seus pais cometeram no casamento deles e que você tentará não repetir”. 'Mãe excessivamente submissa' ('não trabalha', 'não sai sozinha', 'é muito dependente', 'não tem vida própria' etc), 'deixaram a rotina dominar', 'falta de diálogo' e 'falta de respeito mútuo' foram as respostas mais indicadas, tanto em 1986 como em 1993. De lá para cá, no entanto, algumas mudanças se deram. Assim, tanto na penúltima sondagem quanto na atual, as mães já não são vistas como tão submissas (agora em sétimo lugar no *ranking* dos erros apontados), possível reflexo, na prática, do movimento de emancipação feminina. Afinal, 76% das mães em nossa amostra tinham alguma profissão e a exerciam. Assim como na sondagem de 2003, o item 'dificuldades no relacionamento' foi bastante citado, não mais como o segundo erro mais reportado, e sim como o primeiro. 'Adulterio cometido por pai (ou mãe)' também teve expressiva indicação nos dois últimos estudos (quarto lugar e terceiro lugar), bem como 'excesso de conflitos/brigas' (agora em quarto lugar). Ou seja, está em curso um declínio das queixas com relação à 'submissão da mãe', à questão da 'rotina' e à 'falta de respeito mútuo' e um aumento das críticas quanto às 'dificuldades no relacionamento na união dos pais', 'excesso de conflitos' e 'adulterio de um dos cônjuges'. Podemos supor que houve aqui uma evolução e que as mães tenham de fato se mostrado menos submissas, o que talvez explique igualmente por consequência o aumento de brigas e conflitos reportados. Ainda dignos de nota, as queixas referidas ao fato de os pais terem se casado cedo demais (quinta posição) ou a

problemas de personalidade de um dos cônjuges (sexto lugar). Cabe ainda lembrar que para 8,2% da amostra, os pais não cometeram erros expressivos em suas uniões.

No que diz respeito à religiosidade, nossas amostras têm se revelado bem menos religiosas que o resto da população carioca (quase o dobro). Isso tem feito com que todas as religiões apareçam em menor número: apenas os espíritas mantiveram-se no mesmo patamar, enquanto os judeus mostraram-se em maior número entre os universitários por nós pesquisados do que na população carioca em geral. No Rio de Janeiro (capital), segundo o IBGE haveria 55% de católicos, 21% de evangélicos, 8% de espíritas, 15% sem igreja e 1% de outras religiões. Em nossa amostra, tivemos 43% de católicos, 8,6% de evangélicos e de espíritas, 2,3% de judeus, 5,1% de outras religiões e 26,5% se dizendo não religiosos. O fato de trabalharmos com sujeitos de classe média, enquanto o censo atinge, obviamente, toda a população, pode explicar as diferenças encontradas - em consonância com os estudos levados a cabo por Jacob e cols. (2006) entre os que ganham mais de 20 salários mínimos no município do Rio de Janeiro. A frequência a templos, igrejas, sinagogas – considerada melhor indicadora do verdadeiro grau de adesão espiritual a um dado credo do que a declaração de filiação *per se* – ‘todos os dias’ ou ‘pelo menos uma vez por semana’ oscilou em torno dos 20% nas três pesquisas, e atingiu 18% na atual, o que confirmaria a menor inclinação religiosa de nossas amostras.

Outro efeito foi percebido através de cruzamentos entre perguntas (realizado apenas junto às três últimas amostras), pelas quais pensamos ter corroborado a noção de que “separação, em parte, se aprende em casa” (Amato, 2000, 2007; D’Onofrio e cols, 2007). Isto é, nas amostras anteriores (incluindo a atual) os sujeitos com pais separados, quando contrastados com aqueles com pais casados, mostraram-se mais inclinados a acreditar que suas futuras uniões serão mais propensas ao divórcio e se imaginam em menor número casados por toda a vida com a mesma pessoa. Nesta última sondagem, por exemplo, de forma similar, aqueles que disseram que os pais são felizes em suas uniões pensam bem menos em futuros divórcios que aqueles que disseram que seus pais não são felizes. Assim, a visão que os solteiros têm do casamento passa, evidentemente, pelo impacto que a união de seus pais lhes impõe. À guisa de curiosidade, 27,9% da atual amostra, 27% da amostra de 1993 e 24,8% da de 2003 revelaram ter pais separados ou divorciados. Em 1986, esta indagação não foi feita, mas será, evidentemente, em nosso próximo estudo.

Uma indagação colocada apenas no atual estudo referiu-se à atuação dos homens nas tarefas domésticas. Em duas questões distintas perguntamos na primeira delas apenas para os homens o quanto pretendem atuar junto às tarefas cotidianas dentro do lar: dividi-las igualmente com a futura esposa, colaborar significativamente, ajudar apenas quando solicitado, fazê-lo apenas eventualmente, atuar apenas em tarefas específicas (pequenos consertos, ida a supermercados, etc.), fazer o mínimo possível ou não realizar tarefas domésticas. Em seguida, tanto homens quanto mulheres foram instados a avaliar o quanto seus próprios pais se portavam em casa. O que pudemos detectar em nossas análises preliminares é que, se depender das boas intenções de nossos entrevistados, o mundo do compartilhamento das tarefas domésticas deve melhorar bastante! Pelo menos é o que atesta a comparação entre as respostas relativas ao que os pais faziam e a intenção dos atuais entrevistados, que passou de 39,9% neste item para 75,5% (dividir igualmente/colaborar bastante)! Assim, a concretizarem-se estas intenções, as mulheres deverão diminuir bastante suas queixas no que diz respeito à omissão de seus parceiros nas tarefas do lar. Resta saber se a passagem das atitudes aos comportamentos se dará mesmo em níveis tão alentadores assim. A literatura disponível nos impõe certa cautela a respeito (Amato e cols, 2007; Baxter, Hewitt e Haynes, 2008; Brasileiro, Jablonski e Féres-Carneiro 2002; Rocha-Coutinho, 2005).

A análise de repetidos resultados obtidos ao longo das pesquisas permite-nos avançar nas suposições levantadas, desde a primeira sondagem há mais de 20 anos. Assim, apesar da “crise”, os jovens parecem dispostos a se casar. Embora conscientes das dificuldades envolvidas, traduzidas no grande número de divórcios, nossos entrevistados não parecem preocupados de antemão com a busca de soluções, parecendo acreditar que “com eles será diferente”.

Ao encerrarmos o presente texto, lembramos que apenas parte de nossa amostra foi analisada, sendo assim possível que alguns resultados venham a se diferenciar de algum modo quando de nossa análise final.

Conclusão

A análise de repetidos resultados obtidos ao longo das pesquisas permite-nos avançar nas suposições levantadas, desde a primeira sondagem. Assim, apesar da “crise”, os jovens parecem dispostos a se casar. Embora conscientes das dificuldades envolvidas, traduzidas no grande número de divórcios, nossos entrevistados não parecem preocupados de antemão com a busca de soluções, parecendo acreditar que “com eles será diferente”. Homens e mulheres ainda mantêm

visões distintas acerca de inúmeros tópicos relativos ao casamento, principalmente no tocante à sexualidade. E a virgindade ainda é bastante valorizada, o que vai de encontro ao que é divulgado na maior parte pelos grandes meios de comunicação de massa.

Outros resultados curiosos encontrados dizem respeito à pouca valorização do sexo na manutenção de um casamento e o crescimento do fator 'confiança' no mesmo item. Uma aparente mudança em curso diz respeito à avaliação dos possíveis erros cometidos pelos pais em suas uniões. Aqui houve, em comparação aos estudos anteriores, um aumento das críticas quanto às 'dificuldades no relacionamento na união dos pais', 'excesso de conflitos' e 'adultério de um dos cônjuges'. São dados cuja evolução procuraremos, sem dúvida, acompanhar nas próximas pesquisas.

Referência Bibliográficas

- Adams, B. N. & Trost, J. (2005). *Handbook of world families*. London: Sage pub.
- Amato, P. (2000). Consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 4, 1269-1287.
- Amato, P. R., Booth, A. Johnson, D. R. e Rogers, S. J (2007). *Alone together – How marriage in America is changing*. Cambridge; Harvard Univ. Press.
- Baxter, J., Hewitt, B. e Haynes, M. (2008). Life course transitions and housework: Marriage, parenthood, and time on housework. *Journal of Marriage and the Family*, 70, 2, 259-272.
- Bauman, Z. (2003). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BEMFAM. *Pesquisa sobre Saúde Reprodutiva e Sexualidade do Jovem*. (Rio de Janeiro, Curitiba e Recife, 1989/90). Departamento de Pesquisas Sociais (DEPES).
- Brasileiro, R. F., Jablonski, B. e Féres-Carneiro, T. (2002). Papéis de Gênero e a transição para a parentalidade. *Revista PSICO*, 33, 2, 289-310.
- Cherlin, A. (2010). Demographic trends in the United States: A review or research in the 2000s. *Journal of Marriage and family*, 72, 3, 403-419.
- Coltrane, S. (2000). Research on household labor: Modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1208-1233.
- Coontz, S. (2005). *Marriage, a History*. N.Y.: Viking.
- Crissey, S. R. (2005). Race/ethnic differences in the marital expectations of adolescents: the role of romantic relationships. *Journal of Marriage and the Family*, 67, 697-709.

Cunningham, M. & Thorton, A. (2004). The influence of union transitions on white adults' attitudes toward cohabitation. *Journal of Marriage and the Family*, 67, 710-720.

Doherty, W. J. (1992). Private lives, public values. *Psychology Today*, May/June, 32-37.

D'Onofrio, B. M., Turkheimer, E., Emery, R. E., Harden, K. P., Slutske, W. Heath, A. C.,

Madden, A.F., Mardin, N. G. (2007). A genetically informed study of the intergenerational transmission of marital instability. *Journal of Marriage and the Family*, 69, 3, 793-809.

Epstein N, R. (2002). My words, *Psychology Today*, feb., 2, p. 5.

Féres-Carneiro, T. (1995). Casais em terapia: um estudo sobre a manutenção e a ruptura do casamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 44, 2, 67-80.

Féres-Carneiro, T. (2001). Casamento Contemporâneo: Construção da Identidade Conjugal. Em T. Féres-Carneiro (Ed.) *Casal e Família - Entre a Tradição e a Transformação*. P. 67-80. Rio de Janeiro: NAU.

Folha de São Paulo (2007). Família Brasileira – Retrato Falado. *Caderno Especial*. Edição de 7/10/2007.

Folha de São Paulo/DATAFOLHA (2010). Pesquisa sobre a Sexualidade do brasileiro. *Caderno Especial*. Edição de 21/02.

Giddens, A. (2001). *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed.

Goldenberg, M. (2000). De Amélias a operárias: um ensaio sobre os conflitos femininos no mercado de trabalho e nas relações conjugais. Em *Os novos desejos*, org. por M. Goldenberg. P. 105-124. R. J.: Record.

Goldenberg, M. (2010). Por que homens e mulheres traem? Rio de Janeiro: Bestbolso.

Greenstein, T. N. (1996). Gender ideology and perceptions of the fairness of the division of household labor: Effects on marital quality. *Social Forces*, 74, 1029-1042.

Hammond, R. J. & CFLE at UTah Valley University (2010). *Sociology of the Family*. Online Edition. Disponível em [HTTP://freebooks.uvu.edu](http://freebooks.uvu.edu). Acessado em 7 de agosto de 2010.

Henriques, C., Jablonski, B. & Féres-Carneiro, T. (2004). “A geração canguru: Algumas questões sobre o prolongamento da convivência”. Revista *PSICO*, 35, 2, 195-205.

I.B.G.E (2000). *Recenseamento Geral do Brasil*. Rio de Janeiro.

I.B.G.E. (2005). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*, Rio de Janeiro.

I.B.G.E. (2009). *Pesquisa Anual Estatísticas do Registro Civil*. Rio de Janeiro.

- Jablonski, B. (1988). *A crise do casamento contemporâneo: Um estudo psicossocial*. Tese de doutorado. FGV-Rio.
- Jablonski, B. (1996). Aferição de Atitudes de Jovens Solteiros(as) Frente à Crise do Casamento: uma Réplica, in *Cadernos de Psicologia*, IP/UERJ, n^o 5, p. 5-21.
- Jablonski, B. (1998). “*Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*”, 2^a ed., revista e aumentada. Rio de Janeiro: Agir.
- Jablonski, B. (1999). “Identidade Masculina e o Exercício da Paternidade”. Em T. Féres-Carneiro (Ed.), *Casal e família - entre a tradição e a transformação*. P. 31-54. Rio de Janeiro: NAU.
- Jablonski, B. (2001). “Atitudes Frente à Crise do Casamento”. In T. Féres-Carneiro (Ed) *Casamento e Família: do Social à Clínica*. P. 81-95. Rio de Janeiro: NAU.
- Jablonski, B. (2003). Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. Em T. Féres-Carneiro (org.), *Família e Casal: arranjos e demandas contemporâneas*, 141-168. Rio de Janeiro: EDPUC/Loyolla.
- Jablonski, B. (2007). O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. Em T. Féres-Carneiro (org.), *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*, São Paulo: Casa do Psicólogo, 203-228.
- Jablonski, B. (2009). Atitudes e expectativas de jovens solteiros frente à família e ao casamento: duas décadas de estudo. . Em T. Féres-Carneiro, (org.) *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*, São Paulo: Casa do Psicólogo, 109-134.
- Jacob, C. R., Hees, D. R., Waniez, P. e Brustlein, V. (2006). *Religião e sociedade em capitais brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, Ed. Loyola e CNBB.
- Jones, E.E. & Nisbet, R. E. (1972). The actor and the observer: divergent perceptions of the causes of behavior. Em E. E. Jones e cols., *Attribution: Perceiving the causes of behavior*. Morritown, N.J.: General Learning Process.
- Kennedy, S. & Bumpass, L. (2008). Cohabitation and children’s living arrangements: New estimates from the United Sates. *Demographic Research*, 19, 1663-1692.
- Kluver, E. S., Heesink, J. A. M. e Van De Vliert, E. (1996). Marital conflict about the division of household labor and paid work. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 958-969.
- Lavee, Y. & Katz, R. (2002). Division of labor, perceived fairness, and marital quality: The effect of gender ideology. *Journal of Marriage and the Family*, 64, 27-39.
- Levine, R. (2003). *The power of persuasion*. N.J.: Wiley.

- Machado, L. Z. (2001). Famílias e Individualismo: Tendências contemporâneas no Brasil. *Monografias em Antropologia*, 291, D. F.: UnB.
- Manning, W. E.; Longmore, M. A. e Giordano, P. C. (2007). The Changing Institution of Marriage: Adolescents' Expectations to Cohabit and to Marry. *Journal of Marriage and the Family*, 69, 3, 559-575.
- Preuss, M. R. G.(1999). Modelos de Família – Quando Dois é Bom e Um é Confuso. Trabalho apresentado no XXVII Congresso Interamericano de Psicologia. Caracas, Venezuela.
- Raley, R. K. & Bumpass, L. L. (2003). The topography of the divorce plateau: levels and trends in union stability in the Unites States after 1980. *Demographic Research*, 8, 245-259.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2003). Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. Em T. Féres-Carneiro (org.), *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: ed. PUC-Rio/Loyola.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2005). O papel de homens e mulheres na família: podemos falar em reestruturação? *Psicologia Clínica*, vol. 15, 2, p. 93-108.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2007). Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. Em T. Féres-Carneiro (org.), *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*, S. Paulo: Casa do Psicólogo, 203-228.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2009). De volta ao lar: mulheres que e afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Em T. Féres-Carneiro (org.), *Casal e família: permanências e rupturas*, São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 219-235.
- Rodrigues, A., Assmar, E. e Jablonski, B. (2009). *Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Schoen, R. e Canudas-Romo, V. (2006). Timing effects on divorce: 20th century expericence in the United States. *Journal of Marriage and the Family*, 68, 749-758.
- Sherif-Trask, B. (2003). Marriage from a Cross-Cultural Perspective. *Family Focus*, Sep., F13-F14.
- Singly, F. (2003). *Sociologia da Família Contemporânea*, R. J.: FGV.
- Strohm, C. Q., Seltzer, J. A., Cochran, S. D. & Mays, V. m. (2009). “Living apart togheter” relationships in the United states. *Demographic Research*, 21, 177-214.
- Teachman, J. e Crowder, K. (2002). Multilevel models in family research: some conceptual and methodological issues. *Journal of Marriage and the Family*, 64, 2, 280-294.

Thistle, S. (2006). *From marriage to the market – The transformation of women's lives and work*. Univ. of California Press.

U.S. Bureau of the Census (2005). *Number, timing, and duration of marriages and divorces, 2001*. Disponível em <http://www.census.gov/prod/2005pubs/p70-97.pdf>. Acessado em 7 de agosto de 2010.

Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.

VEJA. “Seção Comportamento – Sexo”. Edição de 24/06/92.

Wagner, A. (2003). *Família em Cena: Tramas, dramas e transformações*, Petrópolis: Vozes.

Weiner, B. (1995). *Judgments of responsibility*. N.Y.: Guilford.

Zordan, E. P., Falcke, D. e Wagner, A. (2009). Casar ou não casar? Motivos e expectativas com relação ao casamento. *Psicologia em Revista*, 15,2, 56-76.